

Presidencialistas dão apoio à emenda de Genoio e Barbosa

Da Sucursal de Brasília

Um presidente da República forte, que acumula a chefia do Estado e a do governo e é comandante supremo das Forças Armadas. Essa é a proposta dos defensores do sistema presidencialista no Congresso constituinte, que apóiam a emenda dos deputados Vivaio Barbosa (PDT-RJ) e José Genoio (PT-SP). A aprovação



dessa emenda pela Comissão de Sistematização implicaria na manutenção do presidencialismo puro.

De acordo com a emenda, por maioria absoluta de votos, o presidente e o vice-presidente seriam eleitos dentre os brasileiros com mais de 35 anos. Originalmente, a emenda fixava um mandato de quatro anos, mas os dois deputados concordaram em suprimir esse prazo para obter o apoio de todo grupo presidencialista da Comissão.

Dentre as atribuições do presidente da República, a proposta inclui a competência para nomear e exonerar os ministros de Estado sem consultar o

Poder Legislativo ou qualquer tipo de conselho. A lista de atribuições é extensa, mantendo quase todos os atuais poderes presidenciais. Foi excluída a possibilidade de promulgação de decretos-lei. O presidente da República fica, entretanto, responsável pelo encaminhamento ao Congresso Nacional de plano plurianual de investimentos e de projeções orçamentárias anuais.

Pelo texto original da emenda Barbosa-Genoio, os poderes do presidente da República eram atenuados pela possibilidade de moção de censura ao desempenho de todos os ministros de Estado encaminhada por maioria absoluta dos

membros do Congresso Nacional. No acordo com o grupo presidencialista, porém, a possibilidade de censura aos ministros militares foi suprimida.

Como inovações, a emenda estabelece que o presidente ou o Congresso Nacional, pela maioria absoluta de seus membros, poderão convocar plebiscito para decidir sobre questões de interesse nacional. O Senado e a Câmara poderão convocar os ministros de Estado ou qualquer outra autoridade para prestar esclarecimentos. Se o convocado se ausentar, poderá ser instaurado processo por crime de responsabilidade.

O presidencialismo e suas vantagens



GOUON/SPACCA

Parlamentaristas preparam negociação

Da Sucursal de Brasília

O grupo parlamentarista estabeleceu um roteiro básico para negociar na Comissão de Sistematização. As regras essenciais são: um sistema parlamentarista com eleição direta para a Presidência da República. O presidente fica responsável pela escolha e demissão do primeiro-ministro, que será o Chefe do Governo. A chefia de Estado fica com o presidente.

Pela proposta que aglutina emendas dos senadores Nelson Carneiro (PMDB-RJ), José Fogaça (PMDB-RS), Carlos Chiarelli (PFL-RS) e Afonso Arinos (PFL-RJ) e do deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), o governo será formado pelo Conselho de Ministros, composto pelo

primeiro-ministro e pelos ministros de Estado.

Primeiro-ministro

O presidente da República, após consultar ao partido ou aos partidos que formem a maioria da Câmara dos Deputados, nomeará o primeiro-ministro. Se a Câmara rejeitar o nome indicado, o presidente poderá indicar um segundo candidato ao posto. Após uma segunda rejeição, a Câmara deverá eleger o primeiro-ministro pelo voto da maioria de seus membros.

Se a Câmara não conseguir reunir maioria de votos em torno de um nome, o presidente poderá dissolver a Câmara depois de ter ouvido o Conselho da República. A Câmara dos Deputados poderá apresentar

moção de censura — com apoio da maioria absoluta — ao primeiro-ministro, depois de seis meses de sua posse. Nessa situação, o primeiro-ministro terá de ser substituído.

Relatório

O primeiro-ministro será responsável pela direção de toda a administração federal e pela elaboração do programa de governo, que terá de ser submetido à Câmara dos Deputados. Também será de sua responsabilidade a escolha dos ministros de Estado a serem nomeados pelo presidente da República. Como contrapartida, o primeiro-ministro terá de comparecer mensalmente ao Congresso Nacional para apresentar relatório sobre a execução de seu programa de governo.

José Richa quer eleições em 88 ou parlamentarismo

Da Sucursal de Brasília

O senador José Richa (PMDB-PR), 53, defendeu ontem, em entrevista coletiva às 16h30, no gabinete da presidência da Câmara dos Deputados, a antecipação das eleições presidenciais para o ano que vem (independentemente do sistema de governo) ou a implantação do sistema parlamentarista de governo já a partir de 1988 como "as duas únicas saídas para a crise política do país".

Até ontem, Richa era adversário de todas as teses que defendem eleições no ano que vem. A declaração de Richa acontece um dia depois da entrevista do ministro do Exército, Leonidas Pires Gonçalves — de quem Richa é amigo pessoal —, em que o general disse que o Exército aceita eleições em 88.

'À revelia'

José Richa disse que estas duas saídas serão defendidas por ele e seu grupo — composto, entre outros, pelos deputados Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG), Cid Carvalho (PMDB-MA) e Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) — junto aos demais constituintes e ao presidente José Sarney. Para Richa, se Sarney não concordar com as eleições antecipadas ou com a implantação do parlamentarismo no ano que vem, a decisão dos constituintes deverá ser tomada "à sua revelia".

Para Richa, a situação do país "é de extrema gravidade. O Plano Bresser fracassou e fica a impressão de que não há plano de governo capaz de ser bem sucedido no setor". Disse que o fracasso do Plano Bresser deve-se à falta de sustentação política ao ministro da Fazenda. Outro congelamento, segundo Richa, deve ser descartado, pois quem mais perderia seriam os trabalhadores.

Newton Cruz acha 'excelente' fala do general Leonidas

Das Sucursais

O general da reserva Newton Cruz, ex-chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), disse ontem que considerou "excelente" a entrevista dada anteontem pelo ministro do Exército, general Leonidas Pires Gonçalves, porque "desmentiu o fundamental, isto é: que ele, ministro, acredita nos capitães Fábio e Bolsonaro".

Os capitães Fábio e Jair Messias Bolsonaro negaram segunda-feira, em nota divulgada pelo Comando Militar do Leste, que houvessem criticado o ministro e que estariam à frente de um plano para explodir bombas em vários quartéis, como forma de protesto contra os baixos vencimentos dos militares.

Parlamentares

O líder do PC do B, Haroldo Lima (BA), disse que "a fala do ministro, de garantia das instituições, e o anunciado respeito à Constituinte, foram muito positivos". Vivaldo Barbosa (RJ), vice-líder do PDT, disse que a fala de Leonidas "foi correta". José Genoio (SP), vice-líder do PT, também disse que gostou da entrevista do ministro e do "recado que deu ao público interno". Fernando Henrique Cardoso (SP), líder do PMDB no Senado, falou que "o general Leonidas disse o que deveria ter dito". Para o líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (BA), a fala do ministro deu tranquilidade aos parlamentares para que possam continuar fazendo a nova Constituição.

Para o governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon (PMDB), o "desafio" lançado pelo ministro do Exército "veio em hora certa e com a veemência necessária". O governador acrescentou que o país vive hoje um fenômeno já ocorrido na sua história e na da América Latina, "com radicais de direita e esquerda se assanhando".



Afonso Camargo (à direita) na reunião do comitê interpartidário Pró-Diretas

Pró-Diretas vai acompanhar a votação sobre o mandato

Da Sucursal de Brasília

O comitê interpartidário Pró-Diretas, que defende eleições presidenciais em 1988, reuniu-se ontem de manhã na Câmara e decidiu enviar delegações a Brasília entre os dias 27 e 30 de novembro para acompanhar a votação, no Congresso constituinte, a duração do mandato do presidente José Sarney.

A Folha apurou que o comitê ainda não pensa em novas manifestações de rua em favor das eleições em 1988 porque ainda persistem as mágoas de

peemedebistas às vaías que levaram, principalmente de militantes do PT, nos atos públicos realizados no primeiro semestre deste ano.

Reuniram-se ontem os senadores Afonso Camargo (PR, sem partido), Jamil Haddad (PSB-RJ), Itamar Franco (PL-MG) e Rui Baccelar (PMDB-BA) e deputados, como Wilma Maia (PDS-RN), Virgílio Guimarães (PT-MG), Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), Aldo Arantes (PC do B-Go), Haroldo Lima (PC do B-BA) e Fernando Lyra (PMDB-PE).